



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



REPUBLICAÇÃO POR ERRO FORMAL QUANTO À NUMERAÇÃO DO ATO NORMATIVO

~~RESOLUÇÃO Nº 12/2020, de 10 de dezembro de 2020.~~

~~[Revogada pela Resolução TCE/PI Nº 04, de 11 de março de 2021 \(decisão judicial cautelar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0760089-72.2020.8.18.0000 – ID Nº 3177366\)](#)~~

~~*Fixa os índices oficiais de participação de cada município do Estado do Piauí no produto de arrecadação do ICMS para o Exercício Financeiro de 2021.*~~

~~O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, com fundamento na Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990, com nova redação definida pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Estadual nº 5.001, de 14 de janeiro de 1998, alterada pela Lei Estadual nº 5.886, de 19 de agosto de 2009, determinando os critérios de apuração e distribuição das parcelas do ICMS, na Lei Estadual nº 5.813/08, de 03 de dezembro de 2008, e no art. 174 da Constituição do Estado do Piauí, considerando o Processo TC nº 000531/2020,~~

~~RESOLVE:~~

~~**Art. 1º** Fixar os índices de participação de cada município do Estado do Piauí no produto da arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação — ICMS, para o Exercício Financeiro de 2021, conforme Planilha anexa.~~

~~**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 10 de dezembro de 2020.~~

~~Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva – **Presidente**~~

~~Cons. Luciano Nunes Santos~~

~~Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros~~

~~Cons^a. Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga~~

~~Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho~~

~~Cons^a. Lillian de Almeida Veloso Nunes Martins~~

~~Cons. Kleber Dantas Eulálio~~

~~Proc. Leandro Maciel do Nascimento – **Procurador do Ministério Público de Contas**~~

~~Este texto não substitui o publicado no DO TCE/PI de 18.12.20, republicado em 21.12.20.~~